

## Escrevivência como metodologia de resistência: narrativas negras e a produção de memória contra-hegemônica

### *Escrevivência as a methodology of resistance: Black narratives and the production of counter-hegemonic memory*

\*Marília Amparo Alves Gomes<sup>1</sup>

\*Tânia Rocha de Andrade Cunha<sup>2</sup>

#### Resumo

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a escrevivência como ferramenta teórico-metodológica, epistêmica e política para a produção de memória contra-hegemônica a partir da crítica à ciência moderna e da valorização de epistemologias corporificadas e situadas. A escrevivência, compreendida a partir de Conceição Evaristo, é adotada aqui como ferramenta metodológica e epistêmica que permite reinscrever a experiência negra feminina na produção de conhecimento. Articulando autoras como Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins e bell hooks, argumenta-se que a escrita de si, ancorada na experiência, constitui um gesto de resistência e de denúncia contra o epemicídio, além de um modo de reconfigurar a memória coletiva e afirmar saberes situados. Conclui-se que a escrevivência, ao romper com a neutralidade da ciência hegemônica, amplia as possibilidades da pesquisa qualitativa comprometida com a justiça epistêmica e com a valorização da voz das mulheres negras.

**Palavras-chave:** escrevivência; memória; mulheres negras; epistemologia; narrativas insurgentes.

#### Abstract

This article proposes a critical reflection on *escrevivência* as a methodological, epistemic, and political tool for producing counter-hegemonic memory, grounded in the critique of modern science and the appreciation of embodied and situated epistemologies. *Escrevivência*, as understood by Conceição Evaristo, is adopted here as a methodological and epistemic tool that allows the reinscription of Black women's experience in the production of knowledge. Drawing on authors such as Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, and bell hooks, the article argues that writing the self, anchored in experience, constitutes an act of resistance and denunciation against epemicide, as well as a means to reconfigure collective memory and affirm situated knowledges.

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2321-3813>.

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade (PPGMLS/UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6120-1346>.

It concludes that *escrevivência*, by breaking with the neutrality of hegemonic science, expands the possibilities of qualitative research committed to epistemic justice and to valuing the voices of Black women.

**Keywords:** *escrevivência*; memory; Black women; epistemology; insurgent narratives.

## Introdução

A memória, enquanto prática social e política, constitui um dos mais importantes territórios de disputa simbólica em sociedades marcadas por desigualdades históricas. Em contextos como o brasileiro – estruturado por mais de três séculos de escravidão e pela continuidade de um projeto racial excludente após a Abolição, com a permanência do racismo institucional –, a memória não é apenas o que se recorda, mas sobretudo o que se tenta esquecer. Ao longo da história, as vozes negras, em especial as de mulheres negras, foram sistematicamente silenciadas, estigmatizadas ou instrumentalizadas por narrativas que visavam à manutenção da ordem racial e de gênero hegemônica. Diante desse cenário, torna-se urgente investigar quais memórias são autorizadas a circular e quais são descartadas como ruído, excesso ou ressentimento.

Neste artigo, propomos discutir a escrevivência – conceito formulado por Conceição Evaristo – como uma ferramenta metodológica e epistêmica de resistência, insurgência e produção de memória contra-hegemônica. A escrevivência, entendida como escrita que emerge das experiências de vida de mulheres negras, não se limita a uma estética literária, mas propõe uma radicalidade política: escrever-se como mulher negra é inscrever-se em um espaço discursivo historicamente negado. É afirmar que a memória não pertence apenas aos vencedores da história, mas também aos sujeitos que, mesmo à margem, se recusam a desaparecer.

A reflexão aqui desenvolvida analisa as narrativas de sete mulheres negras que acessaram espaços de prestígio social e educacional, mas cujas trajetórias permanecem atravessadas pelas marcas da violência racial e de gênero. As falas dessas mulheres revelam que o racismo, ainda que menos explícito em determinados espaços, reinventa-se por meio de olhares de desconfiança, silenciamentos sutis e expectativas normativas. Em suas narrativas, o sucesso é sempre vigiado, a voz é constantemente interrompida e a dor é sistematicamente deslegitimada. Nesse contexto, a escrevivência surge como uma prática de resistência: ao narrar-se, essas mulheres negam o lugar de objeto e assumem a autoria de suas memórias e saberes.

Do ponto de vista metodológico, este artigo parte do entendimento de que a memória não é uma instância puramente individual, mas se constitui na intersecção entre o pessoal e o coletivo, entre a experiência e o discurso, entre o passado vivido e o presente narrado. Autores como Halbwachs (2013), Pollak (1989) e Benjamin (2013) oferecem importantes contribuições para compreendermos a memória como fenômeno relacional, social e ideológico. Halbwachs nos ensina que a memória individual é sempre estruturada pelos quadros coletivos da lembrança. Pollak introduz a noção de *memórias subterrâneas*, que resistem nos interstícios da história oficial. Benjamin, por sua vez, nos alerta de que toda história contada a partir da perspectiva dos vencedores carrega consigo o risco de silenciar os vencidos. É nesse terreno de disputas que a escrevivência se insere: como contramemória, como arquivo vivo, como interrupção do esquecimento programado.

Além disso, dialogamos com os aportes teóricos de Carneiro (2019), Kilomba (2019) e bell hooks<sup>3</sup> (1994), que contribuíram decisivamente para a consolidação de uma epistemologia negra feminista. Esses referenciais permitem compreender a escrevivência não apenas como ferramenta narrativa, mas como fundamento para a crítica à ciência moderna e à colonialidade do saber. Ao escrever-se, a mulher negra produz conhecimento a partir de si, assume o lugar de sujeito e desafia a estrutura da linguagem acadêmica que, muitas vezes, exige neutralidade, distanciamento e apagamento das marcas da experiência. Assim, como apontamos, a escrita acadêmica tradicional não seria capaz de acolher a densidade ética, afetiva e política das narrativas escutadas. Era preciso inventar outra forma de escuta, outra forma de escrita.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo central analisar a escrevivência como prática metodológica e política de produção de memória contra-hegemônica, a partir da escuta e da análise das narrativas de mulheres negras. Para isso, desenvolvemos o trabalho em cinco seções principais: na primeira, discutimos o conceito de memória como campo de disputa e as contribuições teóricas que fundamentam essa abordagem; na segunda, abordamos a escrevivência como método de resistência e epistemologia situada; na terceira, analisamos trechos selecionados das escrevivências produzidas pelas participantes da pesquisa de Gomes (2024), destacando seus sentidos de denúncia, cura, afirmação e reescrita da memória coletiva; na quarta seção, refletimos sobre os efeitos políticos dessas narrativas e sua implicação para a pesquisa em ciências humanas; por fim, nas considerações finais, retomamos os principais achados e sugerimos o potencial da escrevivência para descolonizar a produção de saber e construir práticas acadêmicas comprometidas com justiça epistêmica.

Nesse sentido, ao adotar a escrevivência como categoria analítica e metodológica, afirmamos que não é possível produzir conhecimento ético e comprometido com a transformação social sem escutar – e reconhecer – a voz das mulheres negras. E mais do que escutá-las, é preciso permitir que escrevam, que teorizem, que desorganizem a ordem discursiva que tanto tempo insistiu em calá-las. Neste artigo, seguimos esse chamado: não para falar por elas, mas para escutar com responsabilidade e escrever com implicação.

Assim, partimos da seguinte questão: de que modo a escrevivência pode operar como metodologia de produção de memória contra-hegemônica no campo das ciências humanas? A escolha desse caminho decorre da necessidade de romper com as limitações das metodologias convencionais, que frequentemente desconsideram o lugar de fala e a experiência como fonte legítima de conhecimento.

## 1 Memória e poder: a disputa das narrativas

A memória é, simultaneamente, individual e coletiva, afetiva e política, construída e disputada. Em contextos historicamente atravessados por colonialismo, escravidão, racismo estrutural e epistemicídio, a memória deixa de ser apenas um campo de rememoração e passa a ser um território de luta e disputa. Como enfatiza Halbwachs (2013, p. 30), “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória

<sup>3</sup> Mantém-se a grafia em minúsculas conforme o desejo da autora, que criou esse nome em homenagem à sua avó e o emprega em letra minúscula como um posicionamento político que tem como objetivo romper com as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao seu trabalho e não à sua pessoa. O presente texto respeita a escolha da autora.

coletiva [...]”, o que implica reconhecer que os sujeitos não recordam isoladamente: suas lembranças estão ancoradas nas relações sociais, nos pertencimentos grupais e nos discursos disponíveis. Logo, quem detém o poder de nomear o passado também molda os contornos do presente e projeta as possibilidades de futuro.

Essa perspectiva permite compreender que os processos de silenciamento e apagamento de determinadas experiências – especialmente de sujeitos racializados e subalternizados – não são acidentais, mas estruturais. A chamada “memória oficial” é fruto de um projeto político de construção da história a partir da ótica dos vencedores, pois o dom de acender no passado a centelha da esperança pertence apenas ao historiador que está firmemente convencido de que até mesmo os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. Nessa perspectiva, para Benjamin (2013), todo documento de civilização é, também, um documento de barbárie – e, nesse sentido, a história oficial é sempre incompleta, parcial e profundamente ideológica.

Nesse contexto, torna-se necessário dar atenção às chamadas *memórias subterrâneas*, termo utilizado por Pollak (1989) para descrever as formas alternativas de lembrar e narrar desenvolvidas por grupos oprimidos. São memórias fragmentadas, transmitidas oralmente, marcadas pelo silêncio, pela dor e pela resistência, que se constroem nas margens da institucionalidade. De acordo com o autor, “[...] a memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória do povo” (Pollak, 1992, p. 204).

No caso brasileiro, a memória da escravidão e das violências dela derivadas segue sendo um dos exemplos mais contundentes desse apagamento deliberado. Embora o país tenha vivido mais de três séculos de regime escravocrata, as marcas dessa experiência foram sendo sistematicamente ocultadas dos currículos escolares, dos monumentos públicos e das políticas de reparação. Assim, a continuidade das estruturas raciais após a Abolição e o mito da democracia racial alimentaram a ideia de que o racismo é episódico, quando, na verdade, ele é estruturante da sociedade brasileira; e a memória da população negra foi reduzida a estereótipos, folclorizada ou silenciada – pois a mulher negra, em particular, foi relegada a imagens de controle como a da “mãe preta”, da “mulata sensual” ou da “doméstica submissa”, como analisa Patricia Hill Collins (2019, p. 47):

[...] se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como “mulas” e designadas para tarefas pesadas de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com os filhos e as filhas, por que as estadunidenses negras assistidas por políticas sociais são forçadas a trabalhar e a deixá-los em creches? Se a maternidade é a principal vocação das mulheres, por que as mães adolescentes negras são pressionadas a usar contraceptivos [...]?.

A disputa pelas narrativas, portanto, é também disputa por humanidade e por outras cosmologias e classificações do mundo. Quem tem o direito de lembrar e de narrar? Quem tem sua dor legitimada como memória coletiva? E quem permanece confinado à condição de “caso isolado” ou “experiência individual”? Essas perguntas atravessam nossa pesquisa e é nesse sentido que a memória se articula profundamente à linguagem. Como campo de significação, a linguagem não apenas expressa a memória, mas a constitui. Ao nomear, ao contar, ao repetir ou ao silenciar, a linguagem

atua na construção do que se reconhece como lembrança legítima ou como esquecimento naturalizado. É pela linguagem que a subjetividade se inscreve no mundo e é também por meio dela que pode ser apagada. Portanto, escrever a partir da experiência negra feminina é, em si, um ato de insurgência contra os dispositivos de silenciamento.

A memória das mulheres negras, nesse quadro, torna-se duplamente interditada: por um lado, o apagamento da história do povo negro como um todo; por outro, o apagamento específico das experiências das mulheres negras no interior dessa coletividade. Como demonstra Gomes (2024), muitas das entrevistadas relatam que, mesmo após conquistas educacionais ou profissionais, continuam sendo lidas como “fora do lugar”, tendo suas presenças questionadas, suas competências deslegitimadas e suas dores invalidadas. A ascensão social, para essas mulheres, não rompeu com o sentimento de não pertencimento. Ao contrário: fez emergir novas formas de racismo, mais sutis, mas igualmente violentas. A memória que elas carregam não é apenas pessoal, mas histórica – e denuncia a permanência da exclusão sob novas roupagens.

Diante desse cenário, torna-se fundamental reconhecer a produção de memória como prática de resistência. Valorizar as formas alternativas de narrar o passado – como a oralidade, a literatura, o corpo e, especialmente, a escrevivência – é uma forma de confrontar o monopólio da narrativa oficial e de afirmar outras epistemologias possíveis. A memória, portanto, é mais do que lembrança: é um campo estratégico de reconfiguração simbólica e política do mundo.

A seção seguinte abordará a escrevivência como ferramenta teórico-metodológica capaz de romper com os limites da ciência moderna, propondo uma escuta ética, situada e insurgente das vozes negras femininas que se inscrevem como protagonistas na produção da memória coletiva.

## 2 Uma ferramenta metodológica e epistêmica

A escrevivência, enquanto escrita de si forjada nas margens da norma, surge como resposta direta às violências epistêmicas que atravessam a experiência de sujeitos historicamente silenciados. Concebida por Conceição Evaristo como um gesto de insurgência e memória, a escrevivência propõe uma ruptura com os paradigmas hegemônicos da escrita e da ciência. Ao declarar que “nossos textos não são para adormecer os da casa-grande, mas para acordá-los dos seus sonos injustos” (Evaristo, 2017, p. 35), a autora evidencia que escrever a partir da experiência negra não é apenas um exercício de narrativa pessoal, mas também um ato político de contestação e deslocamento.

No contexto desta pesquisa, a escrevivência não foi apenas um conceito mobilizado: ela foi o método fundante de toda a investigação. Sendo assim, foi a via metodológica capaz de escutar e devolver com responsabilidade as palavras das mulheres negras entrevistadas. Isso se deve ao fato de que os caminhos convencionais da pesquisa qualitativa, frequentemente ancorados em lógicas classificatórias, distanciadas e objetificantes, mostraram-se insuficientes para acolher a densidade afetiva, política e histórica contida nas narrativas das participantes.

Portanto, para alcançar os objetivos da pesquisa, entrevistamos sete mulheres que se autodeclararam negras ou pardas e organizamos suas narrativas em categorias de análise. Para a seleção das participantes, elaboramos um questionário para

identificar o perfil desejado, amplamente divulgado em nossa rede de contatos e em meios digitais, visando alcançar o maior número possível de mulheres no perfil procurado. O questionário on-line obteve 30 respostas. Dentre as 30 mulheres que responderam, optamos por entrevistar sete (7) que apresentaram o recorte de renda mais elevado e aceitaram o convite para a entrevista.

## 2.2 A escrevivência como método de análise

A análise das entrevistas seguiu os princípios da escrevivência como método: ouvir, transcrever e reescrever as narrativas sem apagar as marcas da emoção, da pausa e da oralidade. Diferentemente da análise de conteúdo tradicional, o foco não esteve na categorização temática, mas na restituição ética das vozes – mantendo as estruturas narrativas, os gestos e as contradições como parte do *corpus*. A interpretação, portanto, foi construída em espiral, alternando leitura teórica e escuta empática, para que o texto resultante preservasse a densidade afetiva e política das falas.

Todas as mulheres se autodeclararam pretas ou pardas no questionário e têm idade entre 27 e 55 anos. Elas declararam possuir renda *per capita* entre três, cinco e dez salários-mínimos ou mais. Das sete entrevistadas, apenas uma não possui nível superior; as demais possuem nível superior completo e pós-graduação, incluindo especialização, mestrado e doutorado. Ocupam espaços de poder, com profissões diversas, como assistente social, professora, empresária, advogada, médica e maquiadora. São mulheres solteiras, casadas sem filhos ou com até três filhos. Todas são baianas ou residem em território baiano, da capital ao interior do Estado.

É importante reconhecer nossas entrevistadas como sujeitos, pois, conforme Minayo (2008), os sujeitos de pesquisa devem ser vistos como atores sociais, tendo suas opiniões, crenças e valores respeitados. Por isso, ao coletar informações no campo, é necessário valorizar a riqueza presente nas falas e nas ações das participantes, que, nesta pesquisa, são analisadas a partir das entrevistas semiestruturadas. Essas entrevistas permitem revelar aspectos da realidade de cada participante.

A escolha da entrevista como instrumento de coleta se deu para consubstanciar a análise, com o objetivo de obter melhores respostas, uma vez que optamos por analisar a perspectiva das participantes sobre suas trajetórias e as violências enfrentadas. Foi realizada entrevista semiestruturada individual, com uso de aparelho de gravação (áudio), seja no celular ou por meio da plataforma digital do *Google Meet*. Para Minayo (2008), a entrevista semiestruturada começa com a elaboração de um roteiro que deve orientar o caminho a ser percorrido pelo pesquisador, que, por sua vez, deve ter o cuidado de não cercear a fala dos entrevistados. Assim, para alcançar os objetivos de nossa pesquisa, elaboramos um roteiro de entrevista com questões direcionadoras.

O registro gravado possibilitou um melhor desenvolvimento da entrevista, proporcionando uma conversa contínua, sem interrupções para anotações, o que conferiu maior liberdade de expressão tanto para a entrevistadora quanto para a entrevistada. A transcrição foi realizada em um momento posterior. Por motivo de precaução ética, antes de cada entrevista foi solicitada a autorização da participante para a gravação dos áudios. Além dessa autorização, optamos por resguardar o anonimato das informantes. Foi realizada também a assinatura do TCLE, com o objetivo de garantir a fidelidade das falas e proteger o anonimato das participantes.

Concordamos com Beuren (2003) ao afirmar que esse tipo de entrevista permite maior interação e compreensão da realidade dos informantes. Durante as entrevistas, as participantes revelaram questões importantes sobre suas vivências e as dificuldades enfrentadas. As entrevistas foram realizadas em diferentes locais: uma ocorreu na residência da participante, outra em uma *delicatesse* em um momento de pouco movimento, outra na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), e quatro foram realizadas de modo remoto pela plataforma *Google Meet*. Em todas as entrevistas, foram garantidos o sigilo e o espaço reservado, com entrevistas individualizadas e sem a presença de outras pessoas.

Para a produção de dados empíricos, privilegiamos a técnica qualitativa da entrevista semiestruturada, com um roteiro previamente estabelecido, elaborado no intuito de coletarmos informações que fossem relevantes para a pesquisa. O modo como a entrevista é aplicada implica diretamente a qualidade do material final. Sobre este aspecto, Minayo (2010, p. 65) alerta que entrevistas semiestruturadas “[...] referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia [...]”. A opção pela entrevista semiestruturada se deu, portanto, por ser um modelo com roteiro flexível, adequado para abordar temas sensíveis.

Saffioti e Almeida (1995) indicam que o momento de registro dos depoimentos possibilita retirar do anonimato a memória das exploradas e dominadas, que foram historicamente silenciadas por não usufruírem de poder no que toca aos marcadores classe, raça e gênero. Portanto, ao considerar também o aspecto da memória, podemos afirmar que este momento contribui para a emersão das memórias subterrâneas. Dessa forma, estabelecemos os seguintes critérios de inclusão para a realização das entrevistas: 1) mulheres que se autodeclararam pretas ou pardas, seguindo o sistema de classificação de cor utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – branca, preta, parda, amarela e indígena –, e que responderam ao questionário no período estabelecido; 2) mulheres negras com as maiores rendas entre as que responderam ao questionário; 3) mulheres negras com ensino superior que ocupam espaços de poder; 4) mulheres negras que aceitaram ser entrevistadas.

O período estipulado para as entrevistas com as participantes foi de outubro de 2022 a julho de 2023. Nesse intervalo, sete mulheres, atendendo aos critérios de inclusão mencionados, dispuseram-se a conceder uma entrevista. As entrevistas ocorreram em uma ou duas etapas, pois algumas entrevistadas tinham pouco tempo disponível, tornando necessário agendar dois encontros. Além disso, devido à profundidade do tema, foi necessário, em alguns casos, pausar a entrevista para concluir-la em um momento posterior. Esse formato permitiu que os relatos fossem mais espontâneos.

Em todas as entrevistas, iniciamos a conversa antes de iniciar a gravação, visando estabelecer maior proximidade com a entrevistada e aliviar o nervosismo que algumas apresentavam. Tivemos o cuidado de não prolongar em demasia a duração das entrevistas, especialmente aquelas realizadas de forma remota, uma vez que a exposição prolongada à tela pode levar a um maior cansaço.

## 2.2 Para uma episteme enraizada na experiência

O conceito de *escrevivência*, cunhado por Evaristo no entrecruzamento entre literatura e vida, sustenta-se na premissa de que a escrita das mulheres negras tem a possibilidade de englobar corpo e experiência, o território, a oralidade e a ancestralidade como dimensões constitutivas. Escreve-se não a partir da abstração, mas da vivência, pois a palavra não é um dado neutro, mas uma experiência de vida. Essa dimensão corpórea e encarnada do saber desafia o ideal de objetividade promovido pelo modelo científico hegemônico, cuja pretensa neutralidade sempre excluiu saberes oriundos de corpos racializados e femininos.

Na esteira desse pensamento, Carneiro (2019) aprimora o termo *epistemicídio* – o originalmente proposto por Boaventura de Sousa Santos (1994) – ao evidenciar seus impactos sobre as populações negras. O epistemicídio, segundo Carneiro, é um instrumento de poder que atua não apenas sobre os corpos, mas também sobre as ideias – promovendo a invisibilização, desqualificação e deslegitimização dos saberes não eurocentrados. A escrevivência, nesse contexto, constitui-se como uma forma de insurgência epistêmica: ela não apenas narra o vivido, mas o transforma em enunciado crítico e produtivo de saber.

Ao escolher a escrevivência como metodologia, recusamos conscientemente os protocolos acadêmicos que demandam certa neutralidade e distanciamento do/a pesquisador/a. Além disso, reconhecemos nosso próprio lugar de fala e compreendemos que não é possível escutar as dores das outras sem ser atravessada por elas, porque a escrita acadêmica exige de nós uma postura distanciada. A escrita nunca é neutra – seja pela proximidade, seja pelo distanciamento, pela subalternidade ou pela branquitude.

Essa postura dialoga diretamente com as reflexões de Kilomba (2019), que denuncia o papel colonizador das epistemologias brancas que controlam não apenas os conteúdos, mas também as formas autorizadas de produção do saber. Para Kilomba, a escrita do sujeito negro é constantemente lida como “subjetiva demais”, “emocional”, “não científica”. Nesse enquadramento, o corpo negro é tolerado como objeto de estudo, mas rejeitado como produtor de teoria. A escrevivência confronta essa lógica ao afirmar que a experiência é, sim, fundamento de conhecimento – e que a dor, o afeto e a memória são categorias legítimas na produção de ciência.

Essa perspectiva também se insere no campo das epistemologias decoloniais, ao propor a desestabilização das hierarquias coloniais de saber e a revalorização das formas ancestrais de conhecimento. A oralidade, por exemplo – tantas vezes deslegitimada na academia –, é central na estrutura das escrevivências. Os silêncios, as pausas, os gestos, os não ditos, os saberes herdados das mães e avós: tudo isso compõe o modo de narrar dessas mulheres, e tudo isso carrega densidade epistêmica. Assim, a escrevivência rompe com a linearidade do discurso científico. Suas narrativas se organizam de modo circular e espiral, rompendo com a linearidade do tempo e revelando outras lógicas de memória; não porque sejam confusas, mas porque reproduzem a estrutura da dor que não foi organizada, que foi silenciada. A fragmentação, aqui, não é falha – é estética da sobrevivência.

Esse processo não apenas narra uma memória individual, mas também articula a vivência com a coletividade, a ancestralidade e o contexto estrutural de violência. É também um recurso de cura – como já apontava bell hooks (1994), para quem a escrita das mulheres negras constitui uma possibilidade de reconfiguração da subjetividade,

uma forma de transformar a palavra em casa, em abrigo, em arma. Ao adotá-la como método, o/a pesquisador/a não se posiciona fora do campo de observação. Pelo contrário: ele/ela é convocado/a a implicar-se, a ouvir com cuidado e a escrever com responsabilidade, pois toda escuta é situada e racializada, ainda que a branquitude costume ser tratada como neutra.

Essa dimensão ética da escrita é central para o avanço das ciências humanas. Ela exige da pesquisadora não apenas técnica, mas compromisso político. A escrevivência, enquanto método, propõe justamente esse deslocamento: sai-se do lugar de suposta neutralidade e assume-se a responsabilidade pelo modo como se escuta, se escreve e se compartilha saber.

Acerca da posicionalidade das pesquisadoras autoras deste trabalho e da implicação ética e metodológica, optou-se, na pesquisa, pela recusa aos estereótipos historicamente impostos às mulheres negras. Por isso essa escrita é um ato de decolonização, como aponta Kilomba (2019), pois trata-se de uma escrita que representa também aqueles e aquelas que nos antecederam, compondo, assim, uma construção coletiva.

Como escrever sobre um passado que resiste em ser escavado, senão pela natureza da memória oficial seletiva sobre o povo negro e pela violência racial cotidiana que silencia e aniquila a capacidade de narrar? Como tornar legíveis as diferenças entre passado e presente numa realidade em que o racismo e a violência são eventos atemporais? Ou ainda, concordando com Hartman (2020, p. 249): “Pode-se lamentar o que ainda não deixou de acontecer? [...]”.

Esses questionamentos demonstram ambiguidade e contradição, pois, se por um lado nós, assim como outras mulheres negras, ocupamos espaços de poder e conquistamos alguma forma de ascensão social, rompendo com um ciclo de vulnerabilidade, por outro lado, as marcas do passado colonial e da escravidão continuam presentes. É por isso que o tempo da escravidão é mais bem entendido como um tempo suspenso, que não pode ser medido pelas coordenadas cronológicas ou narrativas históricas oficiais. Como enfatiza Hartman, “[...] o tempo da escravidão nega a intuição do senso comum do tempo como continuidade ou progressão, o então e o agora coexistem [...]” (Hartman, 2020, p. 245). Nesse sentido, nosso intuito ao narrar é situar os distintos tempos (sociais, cronológicos, políticos) que perpassam a história de famílias negras.

As sete mulheres aqui analisadas serão chamadas de Aqualtune, Tereza de Benguela, Maria Firmina dos Reis, Dandara dos Palmares, Luiza Mahin, Anastácia e Maria Felipa.

### **3 Vozes negras: escrevivências e insurgências na construção da memória**

A negação às pessoas negras da possibilidade de participação na produção de conhecimento perpetua o que Carneiro (2005), com base em Boaventura de Sousa Santos (1994), denomina epistemicídio. Segundo Carneiro, o epistemicídio concreta as dimensões do racismo ao apagar as narrativas de reexistência e enfrentamento em nome da autoridade epistêmica de um sujeito universal – branco, europeu e masculino –, configurando “um dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial” (Carneiro, 2005, p. 96). Esse processo se manifesta não apenas pela

ausência de negros e negras nos espaços formais de produção de conhecimento, mas também pela inferiorização histórica e sistemática de suas capacidades intelectuais e pela marginalização de seus saberes tradicionais. A educação, ao negar um ensino de qualidade e reproduzir práticas discriminatórias, reforça esse quadro, comprometendo o acesso ao conhecimento, a autoestima e a capacidade crítica dos sujeitos racializados.

Combater o epistemicídio implica repensar as estruturas de poder que moldam a educação, a ciência e a cultura, promovendo uma valorização das formas de reexistência e enfrentamento de saberes das quais as mulheres negras são principais produtoras. Para isso, é fundamental descolonizar os saberes, rompendo com concepções hegemônicas da memória e com processos de apagamento e subalternização. Nesse sentido, Kilomba (2019, p. 48) questiona o lugar historicamente destinado às mulheres negras como *subalternas*, observando que “grupos subalternos são menos humanos do que seus opressores e são, por isso, menos capazes de falar em seus próprios nomes”.

O *ventriloquo* e a *lógica do galinheiro*, conceitos citados por Saffioti (1997), ilustram metaforicamente a hierarquia de poder na sociedade brasileira. Nesse modelo, indivíduos e grupos considerados “outros” dependem de uma voz dominante para serem legíveis como sujeitos de direitos. O homem branco ocupa o topo dessa estrutura, enquanto a mulher negra se encontra na base, evidenciando a perpetuação de desigualdades e reforçando a exclusão de grupos marginalizados.

Nos espaços acadêmicos, o silenciamento das mulheres negras privilegia o conhecimento produzido por grupos dominantes, enquanto narrativas de reexistência e enfrentamento são frequentemente vistas como folclóricas ou anedóticas. No entanto, pesquisas recentes indicam que a presença dessas mulheres na academia contribui para novas narrativas e empoderamento. Pinto (2007) destaca a circulação de imagens e sentidos positivos sobre a população negra, enquanto observa o impacto da visibilidade dessas vozes na docência e no empoderamento de crianças negras. Pereira (2008) e Oliveira (2009) evidenciam a importância do acesso à educação formal para a ascensão social e o fortalecimento das identidades de reexistência e enfrentamento.

As escrevivências das participantes desta pesquisa se manifestam em dois níveis: primeiro, nas narrativas pessoais das mulheres negras, retratando suas trajetórias e vivências; segundo, na análise dessas narrativas a partir do lugar de fala da pesquisadora, utilizando o referencial teórico do feminismo negro, revelando “traços de negrícia ou negrura do texto” (Araujo, 2012, p. 47).

### *3.1 Escrevivência como denúncia*

A dimensão denunciatória da escrevivência aparece de forma explícita nos relatos sobre racismo institucional, exclusão afetiva, violência simbólica e apagamento de referências. A linguagem, nesse caso, funciona como instrumento de revelação das estruturas de opressão naturalizadas. O Quadro 1 apresenta um resumo das trajetórias das participantes e suas estratégias de (re)existência política frente às formas de subordinação.

**Quadro 1 - Trajetória das participantes**

<b>Participante</b>	<b>Trajetória / Resistência</b>
<b>Aqualtune</b>	Nascida em Itapetinga (BA), filha de trabalhadora doméstica, bolsista Prouni, assistente social em empresa nacional. Enfrentou racismo e sexism.
<b>Tereza de Benguela</b>	Nascida em Macarani (BA), marcada por abandono parental e abuso sexual, mãe solo, pedagoga e servidora pública, mestrande em Educação.
<b>Maria Firmina dos Reis</b>	Nascida em Salvador (BA), infância marcada pela militância política do pai, enfrentou dificuldades financeiras; atualmente empresária, palestrante e mentora.
<b>Dandara dos Palmares</b>	Nascida em Gandu (BA), família ligada ao MST, trabalhou como doméstica, primeira universitária da família, médica no Programa de Saúde da Família.
<b>Luiza Mahin</b>	Nascida em 1977, mãe solo, doutoranda, servidora pública e docente efetiva, pioneira universitária da família.
<b>Anastácia</b>	Nascida em Vitória da Conquista (BA), superou pobreza e abuso, tornou-se maquiadora e <i>digital influencer</i> , referência em maquiagem para pele negra.
<b>Maria Felipa</b>	Primeira universitária da família, formada em Pedagogia, docente universitária, conciliou trabalho e estudo com assistência estudantil.

**Fonte:** Adaptado de Alves Gomes (2024).

As trajetórias evidenciam contextos de pobreza, trabalho doméstico e vulnerabilidades familiares, assim como protagonismo e estratégias de ascensão social por meio de educação, ingresso em serviço público, empreendedorismo e construção de carreira acadêmica. Mais do que relatos individuais, essas narrativas constituem memórias alternativas, desafiando estereótipos historicamente impostos às mulheres negras.

A escrevivência transcende o ato de registrar palavras; é manifestação de vozes caladas pelo tempo, articulando oralidade ancestral e criatividade, e transformando engenhosidade em força política e cultural. Evaristo (2020, p. 30) enfatiza: “E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também”, e, nesse sentido, a escrita das participantes não apenas denuncia opressões históricas, mas também resgata memórias de resistência e cria caminhos de existência, afirmindo o direito de existir plenamente, com voz, corpo e palavra.

Exemplos concretos incluem Anastácia, que transformou sua prática profissional em ferramenta de valorização da beleza negra, e Dandara dos Palmares, cuja trajetória médica rompeu com imaginários coloniais. Essas histórias evidenciam que a escrevivência não se limita à palavra escrita, mas se inscreve nas escolhas, conquistas e resistências das mulheres negras, reescrevendo narrativas de exclusão e transformando memórias de reexistência e enfrentamento em instrumentos de transformação coletiva.

### 3.2 Escrevivências e afirmação da identidade

As escrevivências das mulheres participantes desta pesquisa revelam trajetórias de resistência e afirmação identitária, articuladas às experiências de opressão e exclusão racial. Um exemplo emblemático é o relato de Anastácia, que descreve o processo de reconhecimento de sua própria negritude e a construção de autoestima em relação ao cabelo e à aparência:

*Se me perguntasse qual minha cor, eu dizia que era morena, é como se eu falasse que o preto era uma coisa ruim, eu pensava ‘não sou tão escura assim, então eu sou morena’, alisava o cabelo, não usava cabelo cacheado. Só voltei a usar o cacheado na transição, minha transição foi com meus 23 anos. Já na gravidez não pude alisar, aí começou a crescer minha raiz e quando fui para retocar a raiz no salão, uma moça falou que a raiz do meu cabelo era linda, que eu não deveria alisar, e eu fui deixando de escovar, eu não passei produtos de novo, só aí eu comecei a gostar do meu cabelo cacheado. [...] Eu comecei a me identificar como mulher negra e perceber as coisas, foi quando comecei a trabalhar no Boticário, percebi que a grande maioria era mulheres brancas, e a gerente me disse que a dona da loja estava procurando mulheres assim, de cabelo cacheado e mulheres com tons de pele escuros. Eu comecei a entender que eu podia ser escolhida para trabalhar, e para isso eu não precisava alisar meu cabelo. Eu recebia muitos elogios (Anastácia, entrevista, 2023).*

Esse relato ilustra como a experiência pessoal, vivida e escrita, se articula à construção da identidade racial e de gênero, evidenciando um processo de transformação social e pessoal. Como observa Souza (2021), a ascensão social do povo negro brasileiro historicamente esteve ligada à assimilação de padrões brancos de relações raciais, configurando um processo de submissão ideológica, em que um estoque racial se subordinava a outro hegemônico. Contudo, as escrevivências contemporâneas, como a de Anastácia, demonstram a emergência de novas formas de existência e afirmação identitária, rompendo com a lógica da negação e da submissão.

Essas narrativas, profundamente entrelaçadas às vozes das mulheres (Evaristo, 2017), configuraram eco complexo de resistência e recriação, evidenciando que a escrita e a oralidade são instrumentos de reconstrução de subjetividades e de disputa por visibilidade social e profissional.

Para sistematizar essas experiências, o quadro a seguir sintetiza as principais dimensões das escrevivências relatadas pelas participantes da pesquisa, com foco na transformação da identidade, afirmação racial e estratégias de reconhecimento social. O quadro evidencia que, mesmo partindo de contextos marcados pela opressão estrutural, as entrevistadas desenvolvem estratégias diversas de afirmação identitária, mobilidade social e visibilidade profissional, mostrando como as escrevivências são instrumentos de resistência e recriação de narrativas.

Em síntese, as experiências narradas pelas mulheres entrevistadas ilustram que a escrevivência não se limita à escrita, mas se manifesta em escolhas, trajetórias e conquistas concretas. Ao narrar suas memórias de reexistência e enfrentamento, as participantes ressignificam a própria identidade, rompendo com padrões impostos historicamente e afirmindo novos paradigmas de existência e atuação social.

**Quadro 2 - Principais dimensões das escrevivências das mulheres entrevistadas**

<b>Participante</b>	<b>Experiência inicial</b>	<b>Processo de transformação</b>	<b>Estratégia de afirmação / resistência</b>
<b>Anastácia</b>	Negação da negritude; alisamento do cabelo; identificação como “morena”	Redescoberta do cabelo cacheado na transição; aceitação da própria cor	Autoafirmação da identidade racial; reconhecimento profissional em loja que valorizava diversidade
<b>Dandara dos Palmares</b>	Contexto de pobreza; filha de família MST; trabalhadora doméstica desde adolescente	Primeira universitária da família; ingresso em Medicina via Pronera	Rompimento com estereótipos coloniais; ocupação de espaço de poder e serviço público
<b>Maria Firmina dos Reis</b>	Dificuldades financeiras; trabalho informal	Graduação em Serviço Social; atuação como empresária e escritora	Construção de carreira empreendedora; visibilidade e valorização da experiência negra
<b>Luiza Mahin</b>	Maternidade solo; barreiras de acesso à universidade	Doutorado; docência e serviço público	Educação como instrumento de mobilidade social; protagonismo familiar e profissional
<b>Tereza de Benguela</b>	Violência infantil; abandono parental	Universidade e carreira pedagógica; mestrado	Superação de vulnerabilidades; promoção da educação e fortalecimento de identidades negras
<b>Aqualtune</b>	Racismo e sexismo no serviço público	Graduação e atuação em serviço social	Inserção profissional como forma de resistência e empoderamento coletivo
<b>Maria Felipa</b>	Primeira universitária da família; conciliação trabalho-estudo	Docência universitária	Transformação da trajetória pessoal em referência acadêmica para comunidade negra

**Fonte:** Adaptado de Alves Gomes (2024).

### *3.3 Escrevivência de ciclos familiares e emprego doméstico*

A maioria das participantes desta pesquisa revela, em suas narrativas familiares, que suas mães eram trabalhadoras domésticas e que elas próprias foram as primeiras em suas famílias a ingressar no ensino superior. Anastácia, Dandara de Palmares, Tereza de Benguela e Aqualtune destacam as dificuldades enfrentadas por suas famílias, evidenciando o trabalho doméstico vivido por elas e por suas mães, o que reflete as barreiras sociais e econômicas que marcaram suas trajetórias.

No relato de Anastácia, por exemplo, é possível perceber a intensidade da desigualdade e da luta cotidiana pela sobrevivência:

*A gente passava fome. Minha mãe trabalhava de faxina... ela vinha andando quilômetros de distância e passava na churrascaria e o que sobrava de comida, do restaurante, ela trazia na marmita para ferver em casa para a gente conseguir comer. Minha mãe ia pedindo comida nos lugares para a gente comer, minha infância toda até minha adolescência foi nesse mesmo cenário (Anastácia, entrevista, 2023).*

As trajetórias das entrevistadas revelam resiliência e superação, mesmo em condições de vulnerabilidade. Dandara dos Palmares recorda o impacto de deixar sua terra natal para trabalhar em Salvador, exercendo atividades domésticas para famílias não negras, suportando as desigualdades por três anos apenas devido à exaustão (2023). Tereza de Benguela narra uma infância rural, sendo adotada por um casal negro analfabeto e precisando percorrer longas distâncias a cavalo para estudar até o sétimo ano (2023). Aqualtune descreve o esforço de sua mãe, que conciliava trabalho doméstico e estudos para sustentar a família e educar as filhas (2023).

Essas memórias revelam como a violência estrutural condiciona as possibilidades de vida das mulheres negras, mas também evidenciam estratégias de resistência e busca por melhores condições de vida e acesso à educação.

O longa-metragem *Que horas ela volta?* (2015), analisado por Carvalho (2023) e por Moreira (2023), exemplifica a perpetuação simbólica e material da escravidão no trabalho doméstico contemporâneo. O “quartinho de empregada” simboliza a segregação espacial herdada da lógica da casa-grande e da senzala, reforçando hierarquias sociais e raciais. A personagem Val, considerada “quase da família”, tem sua presença tolerada apenas enquanto submissa. A chegada de sua filha Jéssica, que ocupa espaços tradicionalmente negados às empregadas, evidencia a possibilidade de ressignificação e resistência frente à opressão estrutural.

A PEC das Domésticas (Emenda Constitucional nº 72/2013) representa um marco legal na tentativa de equacionar as relações de trabalho doméstico às demais categorias profissionais, sendo um passo importante para reconhecer formalmente direitos historicamente negados às mulheres negras (Carvalho, 2023). No entanto, a regulamentação não elimina imediatamente as desigualdades estruturais nem o controle simbólico e material sobre os corpos dessas mulheres.

As violências estruturais que atingem a população negra são desproporcionalmente intensas para mulheres negras, como mostram os relatos das participantes. Anastácia descreve uma infância marcada pela fome e precariedade; Dandara dos Palmares, pelo trabalho precoce; Tereza de Benguela, pelo deslocamento diário para a escola; e Aqualtune, pelo esforço da mãe em conciliar trabalho doméstico e educação. Esses relatos evidenciam a interseção entre raça, gênero e classe, impondo desafios adicionais e exigindo novas formas de resistência e empoderamento.

Os questionamentos levantados por Pereira (2011) e Nogueira (2017) reforçam que as mulheres negras são historicamente vistas como destinadas ao trabalho doméstico, carregando responsabilidades de cuidado que limitam a ascensão social. Ao romperem esses ciclos, as participantes não apenas superam barreiras individuais, mas também se tornam referências sociais e educativas para novas gerações, contribuindo para transformações gradativas na sociedade.

Para sistematizar essas experiências, o quadro a seguir sintetiza as trajetórias de ciclo familiar, trabalho doméstico e estratégias de resistência das entrevistadas:

**Quadro 3** - Ciclo familiar, trabalho doméstico e estratégias de resistência das participantes da pesquisa

Participante	Contexto familiar / experiência inicial	Trabalho doméstico vivido	Estratégias de superação e resistência
Anastácia	Família em situação de pobreza; mãe trabalhadora doméstica	Observou e vivenciou longas jornadas de trabalho da mãe; infância marcada pela fome	Resiliência; ingresso no ensino superior; afirmação identitária; construção de carreira como maquiadora e <i>influencer</i>
Dandara dos Palmares	Família ligada ao MST; dificuldades financeiras	Trabalho doméstico precoce em Salvador, em casas de famílias não negras	Primeira universitária da família; graduação em Medicina; atuação no Programa de Saúde da Família
Tereza de Benguela	Criança rural; adotada por casal analfabeto	Deslocamentos diários para estudar; tarefas domésticas em casa	Ensino superior; carreira pedagógica; mestrado; fortalecimento de identidades negras
Aqualtune	Mãe conciliava trabalho doméstico e estudos para sustentar a família	Participação na rotina doméstica; contato com esforço materno	Ingresso na universidade; atuação profissional como assistente social; valorização da educação como mobilidade social

Fonte: Adaptado de Alves Gomes (2024).

O quadro evidencia que, mesmo em contextos de vulnerabilidade extrema, as participantes desenvolveram estratégias que lhes permitiram romper ciclos de exclusão, afirmar identidades negras e ocupar espaços de poder, desafiando estereótipos e hierarquias historicamente impostas. As escrevivências, nesse sentido, não se limitam à narrativa de sofrimento, mas configuram atos de resistência, resiliência e transformação social, articulando educação, trabalho e trajetória pessoal como instrumentos de empoderamento coletivo.

### 3.4 Escrevivências sobre episódios de racismo cotidiano

As trajetórias das participantes da pesquisa são atravessadas por experiências racializadas, que dificultaram seus processos de ascensão social, estando muitas vezes enraizadas no racismo estrutural. Esses episódios se articulam com o conceito de racismo cotidiano conforme formulado por Kilomba (2019), entendido como um conjunto de discursos, gestos, imagens e ações que posicionam a pessoa negra como a “Outridade”, reflexo dos aspectos reprimidos da sociedade branca. Para Kilomba (2019, p. 215), o racismo cotidiano é sistemático e recorrente, manifestando-se em padrões históricos de abuso racial que reatavam memórias do trauma colonial.

Os relatos das participantes exemplificam como esse racismo opera tanto de forma explícita quanto implícita. Tereza de Benguela, por exemplo, lembra o sofrimento causado por músicas que estigmatizavam seu cabelo:

*Sofria muito por conta do cabelo, quando eu pude, eu alisei. Era um ingrediente principal do racismo [...] era um sofrimento muito grande, uma dor muito grande que eu sentia, eu tentava sorrir, mas era um sorriso justamente para estar inserida num grupo (Tereza de Benguela, 2023).*

Anastácia também experienciou racismo no ambiente profissional:

*Mesmo neste espaço, que eu achava que era de valorização da minha pele, sofri racismo. Clientes falavam ‘não, esse tem fedor de nego’. Eu me recusei a atender e chamei uma colega para finalizar (Anastácia, 2023).*

Esses episódios revelam que o racismo cotidiano e estrutural vincula negativamente atributos físicos ou culturais a ideias de inferioridade, impondo hierarquias que naturalizam padrões brancos de beleza, comportamento e competência. A violência se manifesta no plano simbólico, afetando autoestima, relações sociais e subjetividades.

Outras formas de racismo, veladas ou sutis, também são relatadas. Maria Firmina dos Reis, por exemplo, enfrenta deslegitimização profissional: *Profissionais visitavam meu perfil e depois procuravam uma colega branca para validar o que eu, especialista, apresentava* (2023). Maria Felipa sofre silenciamento institucional: *Enviei uma proposta em assembleia e disseram que era de um colega homem* (2023). Dandara dos Palmares enfrenta desvalorização de autoridade, mesmo como médica: *Tem pessoas que não me chamam de doutora; comecei a corrigir: Doutora!* (2023). Essas experiências evidenciam o epistemicídio, que deslegitima saberes e competências de grupos historicamente marginalizados. Ao questionar sua presença ou capacidade, o racismo simbólico e estrutural desloca mulheres negras para as margens, mesmo em espaços de poder conquistados com esforço.

Outro aspecto do racismo cotidiano é a hipersexualização das mulheres negras, como mostram Aqualtune e Luiza Mahin. Comentários e atitudes objetificantes reduzem essas mulheres a corpos, deslegitimando sua atuação profissional e autonomia, perpetuando estereótipos históricos como o da “mulata” (Evaristo, 2013; Kilomba, 2019).

Essas experiências se articulam com o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento, que mascaram desigualdades estruturais e reforçam a exclusão simbólica e material das mulheres negras. Mesmo quando ocupam espaços de poder, Maria Firmina e Dandara evidenciam o sentimento de não lugar, internalizado pela opressão histórica e reforçado pelo racismo cotidiano.

### *3.4.1 A ideia de não merecimento: crença do não lugar e os deslocamentos*

O não lugar constitui uma crença internalizada que condiciona mulheres negras a se sentirem inadequadas em espaços historicamente negados. Esse deslocamento é tanto físico quanto simbólico, reforçando barreiras invisíveis de racismo e sexism (Souza, 2021).

Maria Firmina, por exemplo, reflete sobre a relação entre merecimento, dinheiro e transformação social:

*Um dos maiores desafios para mim, como mulher negra, é vencer a crença do não lugar [...] entender que ocupar também é sobre transformação e impacto social [...] é reconhecer-se merecedora (Maria Firmina, 2023).*

Dandara reforça a necessidade de reafirmar sua presença em espaços antes negados:

*Percebi que acham que eu não deveria estar naquele lugar [...] estar ocupando esse lugar não deveria ser um privilégio [...] me sinto responsável, mas não superior (Dandara, 2023).*

O branqueamento e o mito da democracia racial operam como mecanismos simbólicos que limitam a visibilidade e o reconhecimento das mulheres negras. Anastácia, Maria Felipa e Tereza de Benguela relatam sentimentos de deslocamento em espaços de prestígio, refletindo a interiorização dessas ideologias. Anastácia afirmou que prefere entrar discretamente em eventos de prestígio, sentindo-se intrusa; Maria Felipa foi subestimada por professora branca ao desempenhar atividades técnicas e Tereza de Benguela foi excluída socialmente em festas, relegada a tarefas de tidas como subservientes em eventos.

Esses relatos evidenciam como o racismo cotidiano opera na interseção entre raça, gênero e classe, desafiando continuamente a autoestima, legitimidade e pertencimento das mulheres negras. O quadro abaixo, nesse sentido, evidencia que o racismo cotidiano não é isolado, mas sistêmico, atravessando espaços profissionais, acadêmicos e sociais, exigindo estratégias de resistência contínuas que vão da adaptação e consciência de identidade à afirmação de autoridade e visibilidade.

**Quadro 4 - Episódios de racismo cotidiano, impacto e estratégias de resistência**

Participante	Episódio de racismo cotidiano	Impacto na subjetividade	Estratégia de resistência
<b>Tereza de Benguela</b>	Música que ridicularizava cabelo crespo	Dor emocional, sensação de exclusão social	Adaptação estética; conscientização da identidade negra
<b>Anastácia</b>	Cliente racista no trabalho	Constrangimento, indignação	Recusa a atender; mobilização de colega para finalizar serviço
<b>Maria Firmina dos Reis</b>	Necessidade de validação por colega branca	Deslegitimização profissional	Afirmação de <i>expertise</i> ; reconhecimento de merecimento
<b>Maria Felipa</b>	Silenciamento em assembleia	Frustração, restrição da voz	Persistência em espaços acadêmicos; seletividade na fala
<b>Dandara dos Palmares</b>	Negação de títulos profissionais	Desvalorização profissional	Correção e afirmação de autoridade (“Doutora”)
<b>Aqualtune</b>	Hipersexualização e comentários invasivos	Violação da autonomia e dignidade	Cuidado com vestuário; conscientização coletiva com colegas
<b>Luiza Mahin</b>	Assédio e objetificação por homens brancos	Limitação de participação em espaços	Resistência e afirmação do corpo e competência

**Fonte:** Adaptado de Alves Gomes (2024).

As escrevivências apresentadas demonstram que, mesmo ocupando espaços de poder, as mulheres negras enfrentam deslocamentos simbólicos e desafios estruturais, sendo suas trajetórias verdadeiros atos de resistência, resiliência e descolonização do saber, do ser e do poder.

### 3.5 Escrevivências de ascensão social: das margens às (re)existências

A produção de conhecimento entre margem e centro evidencia as tensões de ocupar espaços tradicionalmente excludentes. Kilomba (2019, p. 69) caracteriza a margem como “um lugar de criatividade”, alertando para o risco de romantização da opressão e ressaltando que “a margem é tanto um local de repressão quanto de resistência”. Para mulheres negras, estar na academia, na medicina ou em cargos de poder não apenas desafia barreiras estruturais, mas também configura um ato contínuo de resistência, ao se tornarem sujeitos ativos na produção do conhecimento.

As escrevivências das participantes refletem trajetórias de (re)existência, combinando superação individual, empoderamento coletivo e transformação social, produzindo narrativas que subvertem a história de exclusão das mulheres negras. O percurso de cada entrevistada evidencia como a ascensão social envolve não apenas ocupação de espaços, mas também reconfiguração deles, desafiando crenças internalizadas de “não lugar” e “não merecimento”.

**Quadro 5 - Ascensão social e (re)existência: estratégias e impactos de mulheres negras**

Participante	Experiência	Impacto	Estratégia de empoderamento	Resultado
<b>Dandara dos Palmares</b>	Enfrentou olhares interrogativos sobre sua competência médica; inspirou-se ao ver mulher negra de jaleco	Afirmação pessoal; motivação para ingressar na medicina e romper limites raciais	Grupos em Gandu, diálogo com mulheres e adolescentes negras	Inspiração, representatividade e transformação comunitária
<b>Maria Firmina Reis</b>	Superou obstáculos no serviço público e criou empresa própria	Ascensão econômica e empoderamento coletivo	Acesso a dinheiro e espaços de poder	Ferramenta de transformação social e democratização de recursos
<b>Maria Felipa</b>	Graduação em Pedagogia com trabalho paralelo para se manter; valorização do cabelo afro	Reconexão familiar, orgulho coletivo e resistência simbólica	Formação de novas gerações na universidade; valorização do cabelo afro	Ousadia, valorização da identidade e transformação estrutural
<b>Anastácia</b>	Maquiagem valorizando traços naturais	Autoestima, identidade e empoderamento coletivo	Profissionalização de mulheres negras na estética	Empoderamento coletivo e fortalecimento da identidade
<b>Aqualtune</b>	Fortalecimento coletivo e engajamento	Construção de redes de apoio e novas trajetórias	Engajamento comunitário e redes de suporte	Ampliação de oportunidades e inspiração para futuras gerações

**Fonte:** Adaptado de Alves Gomes (2024).

Esses relatos revelam que ascender socialmente é também (re)existir, criando narrativas sobre mulheres negras e transformando experiências individuais em impacto coletivo. As escrevivências destacam o papel da dororidade (Piedade, 2017),

que articula solidariedade a partir de experiências compartilhadas de dor e resistência, mostrando que o empoderamento vai além do indivíduo, atingindo comunidades e futuras gerações.

A transformação se manifesta em diversas dimensões, incluindo estética e identidade. Anastácia observa: *Trabalho com pele negra, realço nossa beleza sem mudar nossos traços... ensino mulheres a se verem lindas no espelho como são* (Anastácia, entrevista, 2023). Maria Felipa acrescenta: *Encontro alunas que assumiram seus cabelos afros... isso me deixa prazerosa porque esse trabalho está surtindo efeito* (Maria Felipa, entrevista, 2023).

Segundo Gomes (2019), o cabelo crespo simboliza identidade, ancestralidade e resistência, e os salões étnicos funcionam como espaços políticos e culturais, reafirmando a negritude e desafiando padrões estéticos eurocêntricos. Nessa perspectiva, o bem-viver, entendido por bell hooks (2021) como um ato de amor político, envolve o fortalecimento de comunidades, solidariedade e justiça social. Experiências como as de Tereza de Benguela mostram que felicidade e pertencimento podem coexistir com condições adversas: *Nos finais de semana e férias, eu era muito feliz... queria ir morar na cidade, mesmo sofrendo lá* (Tereza de Benguela, entrevista, 2023). Maria Firmina Reis também relaciona o bem-viver à valorização da trajetória e ao reconhecimento de saberes acumulados: *É preciso sempre honrar a fonte das coisas... reconhecer trajetória de renúncia e investimento para que o saber estivesse com ela* (Maria Firmina dos Reis, entrevista, 2023).

O bem-viver envolve também representatividade e acesso a recursos como ferramentas de transformação social, sendo exemplificado nas ações de Dandara **dos** Palmares e Maria Firmina Reis. Ao ocupar espaços de poder, elas inspiram novas gerações e transformam o acesso a oportunidades em prática política, ampliando horizontes para mulheres negras.

As escrevivências apresentadas demonstram que romper barreiras históricas é um ato político e coletivo, que combina resistência, empoderamento e transformação social, criando possibilidades de existência, participação e protagonismo. Essas narrativas subvertem o epistemicídio, reconfiguram espaços historicamente excludentes e afirmam a presença das mulheres negras como catalisador de mudanças estruturais, reafirmando a potência do conhecimento produzido a partir das margens.

#### **4. A escrita como gesto político: implicações para a pesquisa em memória e sociedade**

A escrita, longe de ser apenas instrumento de registro ou descrição, assume, no contexto da escrevivência, um papel de intervenção política e epistêmica. Para mulheres negras, escrever sobre si é mais do que narrar experiências: é romper com séculos de silenciamento, reconfigurar a própria existência e reconstituir a memória coletiva a partir das margens. A escrevivência, nesse sentido, não é apenas um recurso estilístico ou uma opção metodológica; é um gesto político radical, um posicionamento diante da história, da ciência e da sociedade.

Em uma sociedade que historicamente associou a autoridade epistêmica à branquitude e ao masculino, escrever a partir do corpo negro feminino é subverter profundamente a lógica colonial de produção do saber. Como afirma Carneiro (2019), o racismo epistêmico não atua apenas pela exclusão do sujeito negro dos espaços institucionais de ensino e pesquisa, mas também pela negação de sua capacidade de

produzir conhecimento legítimo. Esse processo, que a autora nomeia como *epistemicídio*, é constitutivo do modo como o Ocidente moderno estruturou suas hierarquias cognitivas e simbólicas.

A escrevivência, nesse contexto, é uma forma de reexistência. Ela propõe outra matriz de leitura do mundo, que toma a experiência racializada e de gênero como ponto de partida para a construção do conhecimento. Em vez de excluir o corpo, a dor, o afeto e a ancestralidade do processo investigativo, a escrevivência os incorpora como dimensões inegociáveis da pesquisa. É a palavra insubmissa que insiste em falar de um lugar que o sistema tentou destruir, mas não conseguiu calar.

Assim, esse gesto político se efetiva não apenas no conteúdo das narrativas, mas também na forma como elas são escutadas, organizadas e devolvidas ao texto acadêmico. A escrita torna-se, assim, um espaço de enunciação ética, no qual a pesquisadora assume sua implicação com as experiências narradas. Ao recusar o lugar do sujeito neutro, distanciado e supostamente universal, ela opta por um modelo de escrita que parte da escuta atenta, da escuta racializada, e que se compromete com a dignidade das pessoas cujas falas são ouvidas.

Essa implicação ética da autora com as narrativas das participantes aponta para uma dimensão crucial da escrevivência como metodologia insurgente: a recusa da cisão entre sujeito e objeto. Ao contrário do modelo hegemônico da ciência moderna, que estabelece uma hierarquia entre quem pesquisa e quem é pesquisado, a escrevivência propõe uma desierarquização epistêmica, na qual pesquisadora e narradoras compartilham experiências, marcas e memórias – ainda que em posições singulares.

Essa proposta se articula à crítica de Kilomba (2019) sobre o papel colonizador da ciência, que transforma o sujeito negro em objeto de estudo, negando-lhe o direito à autoria e à teorização. Para Kilomba, a produção de conhecimento no Ocidente tem operado por meio da “divisão racial do saber”: o branco produz, o negro é produzido. A escrevivência rompe com essa lógica ao recolocar o sujeito negro como narrador de si e como elaborador de conceitos, afetos e epistemologias.

É nesse sentido que a escrita se torna gesto político: ela inscreve na linguagem acadêmica vozes que foram historicamente consideradas abjetas, menores ou invisíveis. E, ao fazê-lo, impõe a reconfiguração dos critérios de científicidade, objetividade e legitimidade. Como observa bell hooks (1994), para mulheres negras, a escrita é o lugar onde nos tornamos visíveis – para nós mesmas, para as outras, para o mundo. Escrever, nesse caso, é construir presença, é desafiar os regimes de invisibilidade, é se fazer existir no campo simbólico.

A escrevivência também amplia as possibilidades da pesquisa qualitativa em ciências humanas, ao propor uma abordagem que valoriza a experiência, a subjetividade, a escuta e o vínculo como elementos centrais da produção do conhecimento. Ao contrário de muitas metodologias que buscam “extrair” dados dos sujeitos pesquisados, a escrevivência promove um deslocamento: a palavra da participante não é convertida em dado bruto, mas em texto insurgente. A escuta é, aqui, um ato de acolhimento, e a devolução escrita é também um gesto de reverência.

Essa perspectiva exige do/a pesquisador/a negro/a uma profunda reflexão sobre seu próprio lugar na estrutura de produção do saber. Nessa perspectiva, pesquisar como mulher negra é um exercício contínuo de deslocamento, de vigilância crítica e de reinvenção das práticas de escrita. Isso implica reconhecer a posição de

fronteira ocupada por sujeitos negros no campo acadêmico: dentro e fora, incluídos e marginalizados, visíveis e silenciados.

A escrita que se propõe antirracista e decolonial, portanto, deve estar atenta não apenas ao que se narra, mas também ao como se narra. A escrevivência exige que o texto reflita as marcas do corpo, as pausas da escuta, os tremores da memória. Exige que a escrita não emule a lógica do apagamento. Trata-se de uma escrita que carrega o peso da história, mas que também projeta futuro. Uma escrita que, ao narrar a si, denuncia, cura, afirma e convoca outras a também se narrarem.

Assim, conclui-se que a escrevivência, enquanto metodologia de escrita e escuta, oferece contribuições inestimáveis para o campo da memória, da linguagem e da sociedade. Ao romper com o epistemicídio, ao afirmar saberes racializados como legítimos e ao resgatar o direito à memória de sujeitos subalternizados, ela inaugura outras possibilidades de produção de conhecimento – mais comprometidas com a justiça epistêmica, mais plurais, mais enraizadas na vida.

## Considerações finais

Refletir sobre a escrevivência como prática metodológica, epistêmica e política implica reposicionar radicalmente os modos como a ciência escuta, escreve e legitima as vozes daqueles e daquelas que foram historicamente silenciados. Ao longo deste artigo, defendemos que a escrevivência, tal como formulada por Conceição Evaristo, constitui-se como uma tecnologia narrativa insurgente, profundamente enraizada nas experiências de mulheres negras, e que sua adoção como instrumento de pesquisa oferece caminhos potentes para romper com o epistemicídio promovido pelas estruturas acadêmicas eurocentradas.

Com base na análise das narrativas de sete mulheres negras entrevistadas para a tese *O peso da história: as marcas da violência na memória de mulheres negras em ascensão social* (Gomes, 2024), argumentamos que a escrevivência opera em múltiplas dimensões: como denúncia das violências estruturais naturalizadas; como elaboração e cura de traumas coletivos e individuais; como afirmação identitária e epistêmica; e como construção de um contra-arquivo que desafia os registros oficiais da memória social. Essas dimensões, interligadas, revelam a potência política da linguagem quando apropriada por sujeitos subalternizados que se recusam ao silêncio.

As escrevivências analisadas demonstram que a memória não é neutra, tampouco espontânea: ela é socialmente construída, seletivamente valorizada e profundamente atravessada pelas relações de poder. O que é lembrado, o que é esquecido, quem pode narrar e de que modo essas narrativas são recebidas são escolhas políticas que refletem hierarquias raciais, de gênero e de classe. Diante disso, a escrevivência afirma-se como uma prática de rememoração contra-hegemônica, que devolve humanidade, autoria e historicidade a sujeitos que foram sistematicamente destituídos desses atributos.

Mais do que dar voz, a escrevivência reconhece e legitima as vozes que sempre existiram, mas foram interrompidas ou desautorizadas. Ela não se propõe a incluir os sujeitos negros nos moldes já estabelecidos da ciência, mas a tensionar, ressignificar e reinventar esses moldes a partir de um outro paradigma epistêmico – um paradigma que valoriza a ancestralidade, a coletividade, o corpo, o afeto e a dor como elementos constitutivos da produção do conhecimento.

A escrita, nesse sentido, deixa de ser mero produto final da pesquisa para tornar-se ato performativo de escuta, elaboração e restituição simbólica. Ela carrega marcas, hesitações, lacunas e rupturas que refletem a materialidade da dor e da resistência inscrita nos corpos e nas trajetórias dessas mulheres. Escrever – e permitir que outras escrevam – é, portanto, um gesto de reparação, de justiça e de construção de futuros.

Ao adotar a escrevivência como caminho metodológico, propomos também uma redefinição do papel do/a pesquisador/a negro/a no campo acadêmico. Trata-se de reconhecer que não há neutralidade possível quando se trata de pesquisar memórias que nos atravessam. Pesquisar, nesse contexto, é envolver-se, é responsabilizar-se pela forma como escutamos e como devolvemos as palavras do outro. É assumir que a ciência, para ser verdadeiramente emancipadora, precisa deixar de temer o afeto, o corpo e a emoção.

Nesse cenário, a escrevivência surge como uma metodologia do porvir – uma metodologia que não se contenta com descrever o mundo como ele é, mas que o inscreve de outras formas, a partir de outras vozes e com outros sentidos. Ela não apenas amplia os horizontes da pesquisa qualitativa, como também impõe à universidade o desafio de se repensar: quem ela escuta, quem ela ignora, quem ela forma, quem ela considera produtivo, quem ela lê, quem ela arquiva.

A escrevivência, enquanto prática insurgente de escrita, escuta e rememoração, representa uma contribuição incontornável para os estudos em memória, linguagem e sociedade. Ao restituir lugar de fala, autoria e dignidade a vozes negras femininas, ela reposiciona a ciência como campo possível de reexistência e transformação. Que possamos seguir escutando, escrevendo e pesquisando com a consciência de que, nas margens da história oficial, pulsa um arquivo de vidas que não puderam ser apagadas – e que agora se escrevem como memória viva.

Esse gesto de devolver a palavra aos sujeitos historicamente silenciados, mais do que um recurso narrativo, constitui uma aposta ética na transformação da própria prática científica. O que está em jogo na escrevivência, portanto, não é apenas o conteúdo da memória, mas a forma como ela é produzida, escutada, escrita e compartilhada. Ao tensionar a escrita acadêmica, introduzindo nela as marcas da oralidade, da dor, da pausa e da subjetividade racializada, a escrevivência exige da universidade um deslocamento epistemológico profundo: não basta incluir vozes negras em espaços que permanecem estruturados pelo pensamento branco, eurocêntrico e androcêntrico – é preciso reformular os próprios critérios de validação do saber.

A pesquisa analisada neste artigo demonstra que os caminhos da escrita insurgente não se alinham à estética da neutralidade, tampouco à linearidade expositiva tradicional. Ao contrário: as narrativas emergem aos solavancos, em espirais, retornando ao passado para iluminar feridas ainda abertas no presente. A escrita, nesses termos, é corpo e memória. Ela carrega silêncios, hesitações, lapsos e reconstruções. E é justamente essa instabilidade que faz dela uma forma legítima – e necessária – de produção de conhecimento. A palavra que falha, que gagueja, que chora e que grita também ensina.

Além disso, a escrevivência convida à reflexão sobre o lugar do/a pesquisador/a – especialmente quando este sujeito compartilha com os participantes experiências de raça, gênero, classe e exclusão. Como escutar o outro quando esse outro também é, em alguma medida, um reflexo de si? Como narrar a dor alheia sem atravessá-la com as

próprias? A escrevivência, ao implicar o/a pesquisador/a em todas as etapas do processo, exige que se abandone a postura de observador distante para assumir o lugar de alguém que também é afetado, que também sofre e que também se transforma a partir da escuta.

Nesse sentido, a escrevivência oferece não apenas uma metodologia, mas também uma ética. Trata-se de uma ética da escuta radical, que não instrumentaliza o outro como dado, mas que reconhece na experiência narrada uma verdade viva. Uma ética da implicação, que não permite a neutralidade como conforto, mas que convoca à responsabilidade diante da dor e da beleza que se escancaram na linguagem. Uma ética do cuidado, que entende que produzir conhecimento é, antes de tudo, cuidar do mundo que se revela por meio da palavra.

Ao insistir na legitimidade dos saberes das mulheres negras e ao transformar suas narrativas em *corpus* de análise e elaboração teórica, este trabalho reafirma a potência política da escrita como forma de resistência e reconfiguração simbólica. A escrevivência, neste contexto, não se limita à denúncia das exclusões: ela propõe outras possibilidades de existir, de pensar, de contar e de lembrar. Em um país cuja história foi construída sobre a violência do apagamento, cada narrativa insurgente escrita por mulheres negras representa não apenas um ato de memória, mas também um ato de futuro.

Por fim, que este artigo possa servir como convite à escuta atenta, à escrita implicada e ao compromisso com uma ciência que não apenas fale sobre os outros, mas que escute com eles, que caminhe com eles, e que seja capaz de transformar-se a partir do encontro. Pois, como escreveu Conceição Evaristo, “nossos textos são o que somos. São vivências entranhadas nas palavras. São dores, são alegrias, são vidas.” E nenhuma ciência que ignore essas vidas pode, de fato, pretender ser justa.

## Referências

- ARAÚJO, Rosângela de Oliveira Silva. *A “escrevivência” de Conceição Evaristo em Ponciá Vicêncio: encontros e desencontros culturais entre as versões do romance em português e em inglês*. 2012. Tese (Doutorado e Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- BENJAMIMN Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BEUREN, Ilse Maria (org). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-289.
- CARVALHO, Cláudio. Que horas ela volta? A realidade do trabalho doméstico no Brasil. In: SANTOS, Raquel Costa. (org.). *Leituras de cinema*. Livreto Leituras de Cinema/Ano 17. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2023. p. 63-64.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 30.

EVARISTO, Conceição. Chica que manda ou a Mulher que inventou o mar? *Anuário de Literatura*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 137-160, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7917.2013v18nesp1p137>.

EVARISTO, Conceição. *Poemas da recordação e outros movimentos*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

GOMES, Marilia do Amparo Alves. *O peso da história: as marcas da violência na memória de mulheres negras em ascensão social*. 2024. 192f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2024.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução: Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARTMAN, Saidiya. O tempo da escravidão. *Revista Periodicus*, v. 1, n. 14, p. 242-262, 2020.

hooks, bell. *Teaching to Transgress*. New York: Routledge, 1994.

hooks, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. Mulheres negras professoras: das barreiras raciais a ascensão social. *Revista Encontro de Pesquisa em Educação*, v. 1, n.1, 2013, p. 152-161.

MOREIRA, Patrícia. A mise-en-scène do encarceramento na ocupação dos espaços em *Que horas ela volta?*. In: SANTOS, Raquel Costa. (org.). *Leituras de cinema*. Livreto Leituras de Cinema/Ano 17. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2023. p. 66-69.

NOGUEIRA, Martha Maria Brito. Empoderamento das mulheres negras: cultura, tradição e protagonismo de dona dió do acarajé na “lavagem do beco”. *Mosaico-Revista de História*, v. 10, p. 174-190, 2017.

OLIVEIRA, Arlete dos Santos. *Mulheres negras e educadoras: de amas-de-leite a professoras. Um estudo sobre a construção de identidades de mulheres negras na cidade de São Paulo*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o lugar das mulheres negras no pós-abolição. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: [1308183602\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH-Bergman.pdf](https://1308183602_ARQUIVO_ArtigoANPUH-Bergman.pdf). Acesso em: 13 jun. 2023.

PEREIRA, Edilene Machado. Marias que venceram na vida: uma análise da ascensão da mulher negra via escolarização em Salvador/BA. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINTO, Giselle. *Gênero, raça e pós-graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Niterói, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (org.). *Violência em Debate*. São Paulo: Moderna, 1997. p. 39-57.

SAFFIOTI, Heleith; ALMEIDA, Suely S. de. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1994.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

**Declaração de Coautoria:** Marília do Amparo Alves Gomes esclarece ter sido responsável “por todas as etapas de elaboração do manuscrito, a saber: concepção e desenvolvimento da pesquisa empírica e teórica que fundamenta o artigo”; “organização, seleção e análise das escrevivências produzidas a partir das entrevistas com mulheres negras”; redação integral das seções “introdutórias, teóricas, metodológicas, analíticas e conclusivas” do artigo; “produção do resumo, palavras-chave e organização formal do artigo conforme exigências acadêmicas; integração dos comentários críticos da coautora e revisão final do texto.” Tânia Rocha de Andrade Cunha declara que sua contribuição ao manuscrito envolveu: a orientação da primeira autora, bem como a construção da “base empírica e teórica do presente artigo”; “discussões teóricas, metodológicas e analíticas ao longo de todo o desenvolvimento do trabalho”; revisão crítica do manuscrito, revisão final, “e reformulações pontuais nos trechos referentes à análise das escrevivências e às implicações éticas da pesquisa”; colaboração crítica na redação das seções analíticas e conclusivas.

\*Minicurrículo das Autoras:

**Marilia do Amparo Alves Gomes.** Doutora em Memória, Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2024). Analista Universitária junto à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Permanência e Assistência Estudantil da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pesquisa financiada pela CAPES (Processo nº 88887.509911/2020-00). E-mail: mariliaamparo@gmail.com.

**Tania Rocha Andrade Cunha.** Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: tania.rochandrade@gmail.com.

Avaliador 1:Rafaela de Paula  [Parecer 1](#)

Avaliadora 2: Mariana Machado Rocha  [Parecer 2](#)

Editores de Seção: Hasani Eliotério dos Santos ;

Karina Almeida de Sousa .

**Declaração de Disponibilidade de Dados**

Os dados de pesquisa não estão disponíveis.

**Dados de aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética (CEP)**

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob o CAAE 56893121.8.0000.0055 e Parecer Consustanciado nº 5.425.092, emitido em 23 de maio de 2022.